

**AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.620.489 - PR (2019/0341163-6)**

**RELATOR : MINISTRO PRESIDENTE DO STJ**  
**AGRAVANTE : INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL**  
**AGRAVADO : AUGUSTO ANCIUTTI FILHO**  
**ADVOGADO : EMANUELLE SILVEIRA DOS SANTOS BOSCARDIN E**  
**OUTRO(S) - PR032845**

**DECISÃO**

Trata-se de agravo apresentado por INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL contra a decisão que não admitiu seu recurso especial.

O apelo nobre, fundamentado no art. 105, inciso III, alínea "a", da CF/88, visa reformar acórdão proferido pelo TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 4ª REGIÃO, assim resumido:

PREVIDENCIÁRIO. REVISÃO DE BENEFÍCIO. DECADÊNCIA. NÃO- OCORRÊNCIA. RENDA MENSAL INICIAL. RECUPERAÇÃO DOS EXCESSOS DESPREZADOS NA ELEVAÇÃO DO TETO DAS ECS 20 E 41. BENEFÍCIOS CONCEDIDOS ANTES DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL DE 1988. HONORÁRIOS. CONECTÁRIOS LEGAIS.

Quanto à primeira controvérsia, pela alínea "a" do permissivo constitucional, alega violação do art. 103 da Lei n. 8.213/91, sustentando que a decadência impede a alteração das regras de concessão do benefício, trazendo o(s) seguinte(s) argumento(s):

O acórdão recorrido afastou a decadência, ao argumento de que a discussão referente à aplicação dos novos valores dos tetos trazidos pelas EECC 20/1998 e 41/2003 teriam relação exclusivamente com a evolução da renda mensal e jamais com qualquer critério pertinente ao ato de concessão do benefício.

O entendimento, nesse ponto, está correto: a mera elevação do valor do teto jamais teria o condão de modificar a estrutura de cálculo que rege o benefício desde a sua concessão e o acompanha até a cessação.

Contudo, o que a parte dispositiva do acórdão fez foi exatamente alterar o cálculo concessório do benefício, isto é, alterar o seu regime jurídico.

O benefício em questão foi concedido antes da Constituição de 1988, quando o cálculo da renda era dividido em duas partes: a primeira parte utilizava o percentual resultante da conjugação da espécie de benefício com o tempo de contribuição;

e a segunda parte utilizava “um coeficiente igual a tantos 1/30 (um trinta avos) quantos forem os grupos de 12 (doze) contribuições acima do menor valor-teto, respeitado, em cada caso, o limite máximo de 80% (oitenta por cento) do valor dessa parcela”. Pois bem, o acórdão recorrido

simplesmente apagou esta segunda parte e, portanto, alterou o cálculo do benefício.

O acórdão estabeleceu a forma de cálculo da renda que entende devida a partir da entrada em vigor dos novos tetos das EEEC 20/1998 e 41/2003, para benefícios anteriores à Constituição de 1988. Decidiu que se deve (1º) tomar a média dos salários de contribuição original, (2º) proceder à sua atualização pelos índices de reajustamento dos benefícios previdenciários (inclusive equivalência salarial no período do ADCT/1988) até os dias atuais, (3º) confrontar com o teto de cada competência e, depois de aplicar o teto, (4º) aplicar o coeficiente de cálculo do benefício sobre a média assim reajustada e limitada ao novo teto.

Ocorre que, aplicar o coeficiente do benefício diretamente sobre a média dos salários-de-contribuição limitada ao teto, em parcela única, é eliminar do cálculo da renda do benefício a segunda parte do cálculo originário, referente às parcelas superiores ao menor valor-teto. É alterar a concessão original.

Note-se que o percentual específico do benefício, que na legislação de regência era aplicado apenas sobre a parcela do salário de benefício inferior ao menor valor-teto, passou, com o acórdão recorrido, a ser aplicado sobre a totalidade do salário-de-benefício. E o coeficiente de 1/30, que se aplicava à segunda parcela do salário de benefício (aquela superior ao menor valor-teto), simplesmente foi eliminado pelo acórdão.

O cálculo da renda dos benefícios inclui diversos elementos, que não foram declarados inconstitucionais nem modificados pelo STF: apenas devem ser aplicados em conjunto com a nova expressão financeira do teto.

Se o Tribunal a quo não gosta das regras vigentes antes de 1988, se ele pretende “amenizar prejuízos” dos benefícios então concedidos, cabe lembrar que o regime na época era aquele e sua alteração, mais de trinta anos depois, causa grave insegurança jurídica, além de violar prazo decadencial estabelecido por lei.

A alteração de elementos próprios da concessão do benefício (sua estrutura jurídica) viola a Lei n. 8.213/1991, art. 103, razão suficiente para a reforma do acórdão recorrido (fls. 288/289).

Quanto à segunda controvérsia, pela alínea "a" do permissivo constitucional, alega violação do art. 23 do Decreto n. 89.312/84.

É o relatório. Decido.

Quanto à primeira controvérsia, na espécie, não houve o prequestionamento da tese recursal, uma vez que a questão postulada não foi examinada pela Corte de origem sob o viés pretendido pela parte recorrente.

Nesse sentido: “O Tribunal de origem não tratou do tema ora vindicado sob o viés da exegese dos artigos 131 e 139 do CPC/1973, e, tampouco o recorrente opôs embargos de declaração visando prequestionar explicitamente o tema. Incidência da Súmula 211/STJ” (AgInt no REsp n. 1.627.269/PE, relator Ministro Mauro Campbell

# *Superior Tribunal de Justiça*

Marques, Segunda Turma, DJe de 27/9/2017).

Confirmam-se ainda os seguintes precedentes: AgRg no AREsp n. 1.217.660/SP, relator Ministro Jorge Mussi, Quinta Turma, DJe de 4/5/2018; e AgInt no AREsp n. 965.710/SP, relatora Ministra Assusete Magalhães, Segunda Turma, DJe de 19/9/2018.

Quanto à segunda controvérsia, na espécie, é incabível o recurso especial pois interposto contra acórdão com fundamento eminentemente constitucional.

Nesse sentido: “É inviável, em recurso especial, a revisão de julgado que possui fundamentação exclusivamente constitucional para declarar devida a paridade de remuneração entre trabalhadores ativos e inativos, sob pena de usurpação da competência do Supremo Tribunal Federal” (AgInt no REsp n. 1.744.165/SP, relator Ministro Ricardo Villas Bôas Cueva, Terceira Turma, DJe de 1º/3/2019).

Confirmam-se ainda os seguintes precedentes: REsp n. 1.757.744/RS, relator Ministro Francisco Falcão, Segunda Turma, DJe de 14/2/2019; e AgInt no REsp n. 1.503.220/SC, relator Ministro Gurgel de Faria, Primeira Turma, DJe de 5/2/2019.

Ante o exposto, com base no art. 21-E, V, do Regimento Interno do Superior Tribunal de Justiça, **conheço do agravo para não conhecer do recurso especial.**

Nos termos do art. 85, § 11, do Código de Processo Civil, **majoro os honorários de advogado em desfavor da parte recorrente em 15% sobre o valor já arbitrado nas instâncias de origem, observados, se aplicáveis, os limites percentuais previstos nos §§ 2º e 3º do referido dispositivo legal, bem como eventual concessão de justiça gratuita.**

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 1º de abril de 2020.

MINISTRO JOÃO OTÁVIO DE NORONHA

Presidente